



## A INFLUÊNCIA NEOLIBERAL NA CONSTRUÇÃO DOS GRANDES EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS QUE IMPACTAM O ESTADO DO TOCANTINS

### THE NEOLIBERAL INFLUENCE IN THE CONSTRUCTION OF GREAT HYDROELECTRIC ENTERPRISES THAT IMPACT THE STATE OF TOCANTINS

**Silmar Cardoso Araújo Coelho** – SRE de Palmas – Tocantins - Brasil  
[silmarcardoso21@hotmail.com](mailto:silmarcardoso21@hotmail.com)

**Atamis Atonio Foschiera** – UFT/Campus de Porto Nacional – Tocantins – Brasil  
[foschieraa@uft.edu.br](mailto:foschieraa@uft.edu.br)

**RESUMO:** O neoliberalismo surge em oposição às teorias que defendiam o Estado intervencionista e de Bem-estar. No Congresso de Washington, realizado no ano 1989, se estabeleceram medidas que deveriam ser seguidas pelos Estados para se adequarem ao neoliberalismo, sem as quais os mesmos não obteriam novos financiamentos de agências e organismos de financiamentos internacionais. Este artigo busca fazer uma reflexão sobre a influência neoliberal na matriz energética assentada em grandes empreendimentos hidrelétricos que impactam o estado do Tocantins. Foram consideradas as usinas hidrelétricas Luís Eduardo Magalhães (Lajeado), Peixe/Angical, São Salvador e Estreito. A metodologia utilizada levou em consideração referências sobre o tema, bem como se utilizou de dados documentais, principalmente dos relatórios de impactos ambientais dos empreendimentos em análise. Os empreendimentos hidrelétricos analisados tiveram grande participação de capital privado, tanto nacional como internacional, na formação de seus consórcios. Não havia grandes usinas hidrelétricas em território tocantinense até a construção das aqui analisadas, por isso não houve privatização desse tipo de empreendimento.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Matriz energética. Usinas Hidrelétricas. Tocantins.

**ABSTRACT:** Neoliberalism emerges opposite to theories that defended the interventionist and Well-being State. At the Congress of Washington, which took place in 1989, measures were established that should be followed by the states to adjust to neoliberalism, without which they wouldn't obtain new financing from agencies and international financing organizations. This article aims to reflect on the neoliberal influence in the energetic matrix present in great hydroelectric enterprises that impact the state of Tocantins. We've considered the hydroelectric power plants of Luís Eduardo Magalhães (Lajeado), Peixe/Angical, São Salvador, and Estreito. The methodology used took into account bibliographic references concerning the theme, as well as documented data, mainly reports about the environmental impacts of the analyzed endeavors. The hydroelectric enterprises analyzed had a great share of private capital, as

---

national as international, in the formation of their trusts. There weren't great hydroelectric power plants in Tocantins state until the construction of the ones analyzed in this research, therefore there wasn't privatization of this kind of endeavor.

**Keywords:** Neoliberalism. Energetic matrix. Hydroelectric power plants. Tocantins state

---

## **INTRODUÇÃO**

O capital tende a homogeneizar os lugares, não importando qual etapa dele se está vivenciando. A matriz energética de diferentes países tende a se adequar à etapa econômica em que estes estão envolvidos. O neoliberalismo, que é uma etapa do capitalismo, é homogeneizador.

Essa etapa do capitalismo, neoliberalista, que tem reorganizado o setor econômico e o espaço geográfico em escala mundial, também vem influenciando, de forma incisiva, o setor energético brasileiro, em especial no setor hidrelétrico. Esse artigo leva em consideração os impactos do neoliberalismo na matriz hidrelétrica no território tocantinense, com destaque aos grandes empreendimentos.

O procedimento metodológico se deu a partir de uma abordagem bibliográfica para o embasamento teórico da proposta em questão. Após foi realizada uma análise documental sobre os grandes empreendimentos hidrelétricos que impactam o território tocantinense, a saber: Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (Lajeado), Peixe/Angical, São Salvador e Estreito. Por fim, foi realizado o tratamento das informações para a análise dos resultados, que ajudaram a alcançar o objetivo exposto.

## **NEOLIBERALISMO COMO UMA PRÁTICA POLÍTICA ECONÔMICA**

As crises são inerentes ao sistema capitalista. A acumulação de capital no período de crises tem ligação com inovações tecnológicas que não foram introduzidas antes e durante as crises. Conforme Smith (1988), essas inovações tecnológicas fazem parte das forças produtivas.

As crises, segundo Smith (1988), são funcionais para o capital, fazendo a preparação para as condições de uma nova fase de desenvolvimento capitalista e uma subsequente

---

expansão da produção. Quando se tem uma reestruturação da economia por meio das crises, que levará a uma nova fase da expansão do capital, teremos como resultado uma nova expansão geográfica desse capital.

No período pós-crise de acumulação, o espaço geográfico herdado da crise tende a ser reestruturado. Essa estruturação será fruto do capital, juntamente com as forças produtivas. O estudo das crises capitalistas ajuda a entender como o capital se comporta em um período de recessão e como ele sobrevive às crises que frequentemente acontecem com esse sistema. É importante destacar que, devido à crise na década de 1970, o neoliberalismo vai ganhar força (HERTEL, 2002).

Harvey (2005) destaca que as ideias neoliberais começam a ganhar força como uma doutrina político-econômica no final de 1930 e começo da década de 1940, porém só depois de uma crise geral de sobreacumulação aguda que o movimento começa a ganhar destaque como alternativa ao keynesianismo e outras doutrinas centradas no Estado. Sua consolidação teórica se deu na década de 1940, após a Segunda Guerra Mundial, em que muitos países precisavam de capital para reestruturar seus territórios que foram devastados pela guerra e pelas crises.

Para Anderson (1995, p. 9), o neoliberalismo “[...] foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”. Um de seus textos de referência é “O Caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek, escrito em 1944.

Sobre o livro de Hayek, Ribeiro (2019, p. 18) destaca que o mesmo questionava a perspectiva socialista que vinha ganhando destaque:

Hayek fundamentou sua argumentação na premissa de que o socialismo representa um risco à democracia a fim de vender o neoliberalismo como única alternativa democrática, utilizando-se de um contexto em que há forte temor pela ascensão de regimes autoritários, já que seu livro fora escrito durante a Segunda Guerra Mundial.

Para Dardot e Laval (2016) e Foucault (2008), o pioneirismo das ideias do neoliberalismo se deu no congresso Walter Lippman, em 1938, na França, e seguiu na Conferência organizada por Hayek, em 1947, na Suíça. O que os dois eventos têm em comum é a ideia de um processo de renovação das ideias liberais. Os autores destacam que o termo

---

neoliberalismo foi proposto por Alexander Rustow, um sociólogo e economista alemão, durante o colóquio Walter Lippmann.

Conforme Dardot e Laval (2016), os participantes do Colóquio Walter Lippmann e da Conferência organizada por Hayek teciam críticas ao intervencionismo que recaía sobre o mercado. Para eles o Estado deveria apenas supervisionar as atividades relacionadas ao mercado. No máximo, pedia-se ao Estado para supervisionar o bom funcionamento do mercado.

Com essa nova maneira de movimentar a economia capitalista, as interferências do Estado sobre as liberdades dos indivíduos passam a ser questionadas. Mendes (2012, p. 18) diz que, “para o neoliberalismo, o Estado retira a liberdade dos indivíduos, considerando que eles são trabalhadores e não podem decidir a venda de sua força de trabalho no mercado, o que os torna reféns incondicionais do capitalista”.

Outro ponto a ser destacado está relacionado aos princípios do neoliberalismo, que têm fundamentos em outras teorias econômicas. Em relação a esses princípios, fica evidente que a “[...] ideologia neoliberal retoma de forma distinta e contemporânea o liberalismo econômico e o liberalismo político, possibilitando a ampliação do livre mercado e a defesa de um Estado mínimo” (MENDES, 2012, p. 18).

O processo econômico neoliberal provocou mudanças na economia do mundo capitalista. Em relação às mudanças, Valencia Perafán (2007, p. 90) acentua que

[...] os controles monetários, a privatização das empresas e serviços públicos, a redução das importações e a abertura a mercados externos começaram a dominar o campo da economia dos países do Terceiro Mundo. Essa corrente apoia-se, sobretudo, em duas colunas: a) a defesa da eficácia do mercado como mecanismo de assinação ótima de recursos; e b) insistência nas vantagens de uma participação plena no comércio internacional.

O neoliberalismo provoca a abertura comercial dos países e o seu objetivo é uma prática política que tem como princípio o desenvolvimento econômico atrelado, entre outras coisas, às privatizações. Os países com a economia em desenvolvimento foram forçados a aderir a essa política econômica por instituições como o FMI e Banco Mundial, entre outras. Rocha (2017, p. 12) diz que:

---

As políticas de desenvolvimento de países de economia periférica foram orientadas pelo discurso neoliberal e tiveram influência na economia de alguns países latino-americanos. Neste discurso, a pobreza e a desigualdade social devem ser combatidas, pois a estabilidade política depende da redução da pobreza. Todavia, a ajuda internacional do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional passou a ser condicionada à adesão dos países à política neoliberal.

Para Harvey (2012), o princípio neoliberal na América Latina foi implantado inicialmente no Chile, no final da década de 70. A privatização de algumas empresas estatais e a liberalização dos recursos naturais para a exploração e o direito ao livre comércio ganharam forças nesse período. Muitas empresas estatais foram adquiridas pela iniciativa privada e alguns direitos dos trabalhadores deixaram de existir.

O Estado que adota o neoliberalismo tem de criar mecanismos para que a nova prática de acumulação de capital se consolide, e essa prática, na maioria das vezes, será via “acumulação via espoliação”, como foi colocado por Harvey (2005).

Para Harvey (2005), a acumulação via espoliação seria a acumulação primitiva da atualidade. O autor usa o termo “acumulação via espoliação” para explicar uma das maneiras de acumular capital. Para ele, a acumulação via espoliação pode se dar por diversas vias, como a privatização e a mercadificação.

A acumulação via espoliação tem caráter exploratório e esse caráter é abastecido por motivos internos (que parte do próprio país) e também externos (que são impostos por outras nações-Estados ou instituições financeiras).

Harvey (2012) também destaca que as ideias neoliberais provocaram uma “destruição criativa” nos antigos poderes do Estado, chegando ao abalamento das maneiras que ele adquiriu e conseguiu a sua soberania. Para o autor, as ações humanas passam a ser regidas pelo mercado. A sociedade passa por um processo de mudança em que a tecnologia da informação é uma das propulsoras do desenvolvimento de uma nova sociedade que atenda às necessidades do neoliberalismo, ou seja, do mercado.

## **O NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL**

O primeiro congresso em prol da implantação de um neoliberalismo para a América Latina, que levou em consideração todos os países, foi o Congresso de Washington, no

---

ano 1989, “[...] logo adotado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e demais instituições financeiras americanas” (FILHO, 2007, p. 4). Brandão (2017, 2017) destaca que, em relação a esse congresso, mesmo sendo acadêmico, acabou elaborando uma série de medidas a serem seguidas pelos países da América Latina para que continuassem a acessar empréstimos de agências e instituições financeiras internacionais, que foram denominadas de Consenso de Washington.

Em relação às medidas de ajustamento da economia, propostas no congresso e que os governos deveriam promover, Moniz Bandeira (2002, p. 135) descreve que:

As propostas, visando à estabilização monetária e ao pleno restabelecimento das leis de mercado, consistiam em: 1 – disciplina fiscal; 2 – mudanças das prioridades no gasto público; 3 – reforma tributária; 4 – taxas de juros positivas; 5 – taxas de câmbio de acordo com as lei do mercado; 6 – liberalização do comércio; 7 – fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8 – privatização das empresas estatais; 9 – desregulamentação das atividades econômicas; 10 – garantia dos direitos de propriedade.

Essas medidas fizeram parte da promulgação do neoliberalismo na América Latina. No Brasil, as ideias neoliberais provocaram muitas mudanças no cenário econômico, político e social. No ano de 1990 acelera-se a introdução das políticas neoliberais no território brasileiro, durante o governo de Collor de Mello. Sobre isso, Batista (1994) explica que já na campanha eleitoral de 1999 o discurso neoliberal se fazia presente, alinhando-se aos interesses dos Estados Unidos da América.

O resultado é que o neoliberalismo provocou muitas mudanças na conjuntura econômica, social e cultural no Brasil. A proposta neoliberal, destacando a ineficiência do Estado, se fez cada vez mais presente no fim do século XX e início do século XXI. Essa perspectiva se espalhou, e a exploração de recursos naturais foi uma das formas do capital se apropriar dos territórios (GARCIA, 2017). Uma das formas de se apropriar dos recursos naturais foi dominando o processo de produção, distribuição e consumo da energia.

A busca por fontes de energia sempre movimentou a economia mundial e, no Brasil, esse processo vem se acentuando cada vez mais. O setor energético já esteve sob o controle do capital privado, do Estado e, nos últimos tempos, vem passando por um

---

debate entre o domínio do capital privado e do Estado. A influência neoliberal na matriz energética brasileira é o que analisaremos a seguir.

### **O ESTADO, A LÓGICA NEOLIBERAL E A POLÍTICA DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO (1990 A 2002)**

Para o neoliberalismo, o Estado do Bem-estar não é importante, o Estado deve reestruturar-se e priorizar a economia e não o social. Dentro dessa perspectiva de reestruturação do Estado é que o setor elétrico brasileiro vai ser também reestruturado, assim como aconteceu em diversos países da América latina. Uma das formas de adaptação do setor elétrico brasileiro ao modelo neoliberal se deu via privatização. Para tanto se fez necessário alterar o arcabouço legal sobre o tema.

As mudanças que aconteceram na legislação elétrica brasileira em relação ao processo de privatização, a partir da década de 1990, se iniciaram no governo de Itamar Franco, que assumiu após Fernando Collor de Melo ter renunciado ao cargo e sofrido *impeachment*, em 29 de dezembro de 1992. Porém, uma aceleração desse processo aconteceu no governo de Fernando Henrique Cardoso, que se iniciou em 1995, terminando em 2002.

Em relação à privatização do setor elétrico, Pinheiro (2006, p. 48) observa que “o marco inicial da liberalização e privatização do Setor elétrico foi a promulgação da Lei 8.631/93, que dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica e extingue o regime de remuneração garantida”. Em relação a este tema, “foram estabelecidas duas tarifas de energia elétrica: uma de geração<sup>1</sup>, que incluía custos de transmissão<sup>2</sup>, e outra de distribuição”<sup>3</sup> (SILVA, 2011, p. 77-78).

Outra mudança colocada foi a formação de consórcios entre as concessionárias e autoprodutores, por meio das normas contidas nos Decretos n. 915/93 e n. 1.009/1993 e na Portaria nº 337/94, todos do governo Itamar Franco,

---

<sup>1</sup> Refere-se às hidrelétricas, termoelétricas, etc.

<sup>2</sup> Linhões.

<sup>3</sup> Linhas de energia que levam a energia até as unidades consumidoras.

---

Com base nessas normas, foram constituídos os primeiros consórcios: para a conclusão da UHE Serra da Mesa (GO), entre Furnas e a Nacional Energética; para a conclusão da UHE Ita (SC/RS), entre a Eletrosul e a associação entre Companhia Siderúrgica Nacional e o Cimento Itambé (PINHEIRO, 2006, p. 48).

Um dos objetivos desses consórcios foi facilitar o processo de privatização do setor elétrico brasileiro, uma vez que isso atrairia os investimentos do capital estrangeiro. É importante mencionar que a instalação de uma empresa de geração de energia requer muito investimento de capital, e com a lei que permite a formação de consórcios ficou mais fácil atrair diferentes investidores.

Em relação à licitação do setor elétrico, temos no ano de 1995 a criação da Lei n. 8987, que é favorável à licitação dos serviços públicos, inclusive as relacionadas à compra e venda de energia elétrica.

No tocante ao plano de desestatizar as empresas, também no ano de 1995, foi editado o Decreto n. 1503 de maio, que tratava da criação Programa Nacional de Desestatização (PND). Nele foram incluídas as empresas do sistema ELETROBRAS (Centrais Elétricas Brasileira S.A.), as chamadas subsidiárias: FURNAS (Centrais Elétricas S.A.), ELETRONORTE (Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.), ELETROSUL (Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A.) e a CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco). Nesse mesmo ano foi criada a Lei n. 9074 de julho de 1995, que instaurou regras de outorgamento e prorrogação nas permissões e concessões no setor elétrico brasileiro. Esse processo de desestatização das empresas públicas é uma maneira de transformar um bem público em propriedade privada. Isso faz parte da lógica neoliberal (ABREU, 1999).

Essas leis, decretos e acordos citados acima reestruturaram o setor energético brasileiro nas décadas de 90, com o objetivo de organizar a matriz energética brasileira de acordo com as determinações dos mecanismos internacionais, favorecendo a implantação do regime neoliberal na matriz.

Essas mudanças na estrutura do Estado influenciaram no desenvolvimento do setor elétrico brasileiro. Cabe destacar que nesse período houve, no território brasileiro, uma gama de empresas, tanto geradoras como distribuidoras de energia elétrica, que foram privatizadas.

---

Exceção foram as empresas distribuidoras de energia elétrica situadas na região Norte do Brasil, por exemplo “Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (CERON), a Companhia de Eletricidade do Acre (ELETROACRE), a Companhia Energética do Amazonas (CEAM) (no interior do Amazonas). Essas não tiveram compradores, pois não se mostravam atraentes ao capital” (FOSCHIERA, 2009, p.122).

Em relação à participação do capital internacional, Foschiera (2009, p. 123) relata que, “na privatização das Geradoras, a presença de capital internacional predominou quase na sua totalidade. As hidrelétricas que passaram a ser construídas depois do início das privatizações já estão inseridas no novo modelo energético, tendo o capital privado participação nas obras”.

### **O GOVERNO LULA E DILMA E A ORGANIZAÇÃO DO SETOR ENERGÉTICO BRASILEIRO**

Durante o período governado pelos presidentes oriundos do Partido dos Trabalhadores (PT), que foi de 2003 a 2016, as agências criadas nos anos 1990 continuaram a influenciar na política energética brasileira.

A partir de 2003, interrompeu-se a privatização do setor elétrico e é retomado o planejamento estatal, com a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) (ROSA, 2015). Alves (2014, p 133), [...] “considera que após 2006, com a posse do Ministro Guido Mantega no Ministério da Fazenda, favoreceu uma política com “menos neoliberalismo e mais desenvolvimentismo”, fato que acabou caracterizando o segundo mandato do presidente Lula”.

A diferença entre o neoliberalismo e o novo desenvolvimentismo no Brasil, é explicada por Alves (2014, p. 141):

[...] na fase neoliberal de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, altera-se a retirada progressiva do Estado no sistema produtivo, com as privatizações. Já na fase do “Novo Desenvolvimentismo”, tem-se a ação dos governos da máquina estatal para uma atuação mais efetiva com a retomada do BNDES financiando o grande capital e permitindo que as grandes empresas nacionais pudessem competir na economia mundializada.

Alves (2014, p. 150) ainda menciona que, “o governo Lula atuou na perspectiva de fortalecer o papel do Estado na economia nacional, em especial com o BNDES no

---

financiamento produtivo e em infraestrutura”. O Banco Nacional de Desenvolvimento passa a ser um dos principais financiadores da iniciativa privada.

Em relação à política de organização do setor elétrico brasileiro no governo Lula, Pase e Rocha (2010, p. 52-53) destacam que:

[...] coube ao governo Lula incrementar as políticas públicas de infraestrutura energética regulamentando as Parcerias Público-Privadas (PPP), sendo que os projetos de hidrelétricas passam a ser conduzidos por Sociedades de Propósito Específico (SPE) criadas em virtude de cada UHE a ser instalada e operada. Esta regulamentação consolida a concepção de política pública realizada através da delegação do Estado a instituições independentes, bem como viabiliza o financiamento dos empreendimentos, pois além de possibilitar que empresas públicas participem das SPE, compromete-se com seu financiamento.

Em relação ao setor elétrico brasileiro, no governo Dilma, as concessões das geradoras de energia antigas, as quais algumas foram adquiridas no período das privatizações, foram renovadas. No que se refere ao modo de gerir o Estado durante os governos Lula e Dilma, Alves (2014) descreve que não ocorrem transferências da propriedade para a iniciativa privada de forma irreversível, sendo as concessões dadas de forma provisórias, ocorrendo a cedência de uso para o capital, a partir de contratos jurídicos/políticos.

A seguir veremos como aconteceram e quais foram os responsáveis pelos investimentos no setor hidroelétrico envolvendo usinas no estado do Tocantins.

### **INFLUÊNCIA NEOLIBERAL E MATRIZ HIDRELÉTRICA NO ESTADO DO TOCANTINS, COM FOCO NOS GRANDES EMPREENDIMENTOS**

O potencial energético do rio Tocantins já era objeto de estudo antes da criação do estado do Tocantins, que ocorreu com a promulgação da Constituição de 1988. Sieben (2012, p. 82) destaca que “nas décadas de 1970 e 1980 foram feitos estudos a fim de aproveitar o potencial hidrelétrico do rio Tocantins”.

O processo de investimento em grandes empreendimentos no setor hidrelétrico, no rio Tocantins, em área tocantinense, começa a acontecer no momento em que a desestatização do setor hidrelétrico brasileiro estava ocorrendo de forma acelerada. “A UHE Lajeado foi a primeira hidrelétrica do país construída pela iniciativa privada após a

---

reestruturação do setor elétrico na década de 1990” (LIMA, 2020, p. 22). O setor hidrelétrico do estado, mais especificamente no rio Tocantins, já nasceu sobre os investimentos dos capitais privados, dentro das ideias neoliberais.

Em relação ao número de empreendimentos hidrelétricos no estado do Tocantins, Gil (2013) identificou 47 (quarenta e sete), sendo 5 UHEs (Usinas Hidrelétricas), 35 PCHs (Pequenas Centrais hidrelétricas) e 7 CGHs (Centrais Geradoras Hidrelétricas). Observa-se que 74,4% dos empreendimentos hidrelétricos no estado eram Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). As Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) representam 14,9%. Os grandes empreendimentos, as chamadas Usinas Hidrelétricas (UHEs), representam 10,7%<sup>4</sup>.

A seguir apresenta-se os grandes empreendimentos hidrelétricos construídos no estado do Tocantins da década de 1990 até o ano de 2015, todos no rio Tocantins.

### **USINA HIDRELÉTRICA LUÍS EDUARDO MAGALHÃES (USINA DE LAJEADO)**

O primeiro grande empreendimento hidrelétrico construído em território tocantinense, após o início do processo de privatização do setor elétrico, foi a Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães<sup>5</sup>, conhecida regionalmente como Usina Hidrelétrica de Lajeado (Figura 1).

A Usina Luís Eduardo Magalhães está situada entre os municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, a 60 Km de Palmas/TO, capital do estado. Seu reservatório de água abrange também os municípios de Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipueiras (Figura 2).

Em relação ao processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, foi realizado pela THEMAG Engenharia. O órgão estadual (NATURATINS), foi o responsável por conceder a licença ambiental para a construção do empreendimento, levando em consideração os impactos positivos e negativos.

---

<sup>4</sup> A potência instalada é que determina o tipo de geradora. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) adota três classificações: Centrais Geradoras Hidrelétricas, com até 1 MW de potência instalada; Pequenas Centrais Hidrelétricas, entre 1,1 MW e 30 MW de potência instalada; e Usinas Hidrelétricas, com mais de 30 MW de potência (ANEEL, 2008, p. 53).

<sup>5</sup> Foi deputado estadual na Bahia, de 1979 a 1987, e deputado federal de 1987 a 1998, ano de seu falecimento, sendo presidente da Câmara dos Deputados durante os anos de 1995 a 1997.

**Figura 1:** Barragem da UHE Luís Eduardo Magalhães



Fonte: Tocantins (online).

Em relação ao processo licitatório, Catolico, Strauch e Brito (2019, p. 6) argumentam que

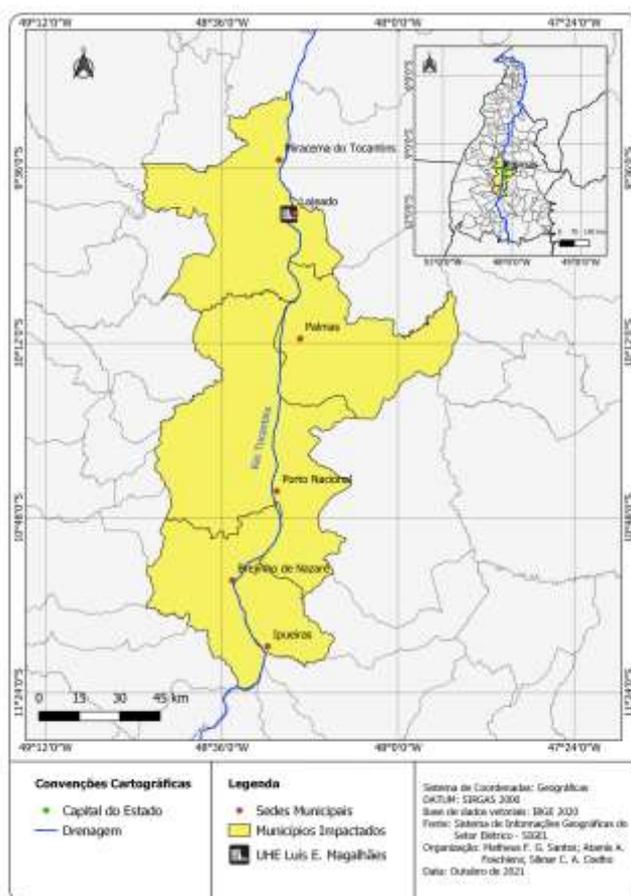
A licitação da usina ocorreu em 1997 e o consórcio vencedor intitulado como Investco foi formado pela Celtins, Empresa de Eletricidade Vale Panapanema S.A. (EEVP), Eletricidade de Portugal S.A. (EDP), Companhia Energética de Brasília (CEB) e Companhia Paulista de Energia Elétrica (CPEE). A organização do consórcio foi conduzida pela Celtins, principal interessada no processo licitatório.

Foschiera (2009) destaca que em agosto de 1989, as Centrais Elétrica de Goiás S/A (CELG) transferiram ativos da empresa, que se localizavam no recém-criado estado do Tocantins, para a CELTINS. Em setembro de 1989 a CELTINS foi privatizada e adquirida pelo Grupo Rede. Destaca-se que a referida empresa foi a primeira concessionária de energia elétrica privatizada no país.

Após a privatização a CELTINS passou a ser administrada pelo Grupo Rede, que controlava também, até 2014, as distribuidoras de energia Cemat, CFLO, Empresa Elétrica Bragantina, Caiuá Distribuição de Energia, CNEE, Enersul e EDEVP. No ano de 2014 suas ações passaram a ser controladas pela empresa Energisa S.A. Isso se deu devido à alterações na legislação, que passou a proibir empresas distribuidoras de

energia ter controle sobre empresas produtoras de energia, ocorrendo a venda do controle sobre a UHE Lajeado.

**Figura 2:** Localização da UHE Luís Eduardo Magalhães



Fonte: Rima da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães.

Importante mencionar que a obra que iniciou em 1998, teve a conclusão, com a formação do reservatório, no ano de 2002. Seu reservatório ocupou uma área de 750 Km<sup>2</sup>, com seis turbinas, com altura de 23 metros e podendo gerar até 950 MW de potência (RIMA, 1996).

Ao analisar o ramo de atividade e a origem das empresas que fizeram parte do consórcio que participaram do processo de implantação da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, foram detectadas as situações constantes no Quadro 1.

**Quadro 1:** Tipos de empresas que participaram da formação do grupo INVESTCO

Empresa	Ramo de Atividade	País de Origem	Tipo de empresa
Empresa de Eletricidade Vale Panapanema S.A. (EEVP)	Geração de energia e manutenção de redes elétricas	Brasil	Privada
Energias do Portugal S.A. (EDP)	Produção de eletricidade distribuição de gás	Portugal	Privada
Companhia Energética de Brasília (CEB)	Distribuição de eletricidade e outras fontes de energia	Brasil	Privada
Companhia Paulista de Energia Elétrica (CPEE)	Transmissão de energia elétrica	Brasil	Privada
CELTINS (GRUPO REDE)	Geração e distribuição de energia elétrica	Brasil	Privada

Observa-se que todas as empresas que participaram da formação do consórcio INVESTCO são voltadas para produção, distribuição e/ou transmissão de energia elétrica. Em relação ao país de origem, a maioria é brasileira. A única estrangeira é europeia, de Portugal. Todas são empresas privadas.

### **USINA HIDRELÉTRICA PEIXE/ANGICAL**

No decorrer dos anos 2000, novos empreendimentos hidrelétricos começam a ser implantados no rio Tocantins, em solo tocantinense, dentre eles o da Usina Hidrelétrica de Peixe/Angical (Figura 3).

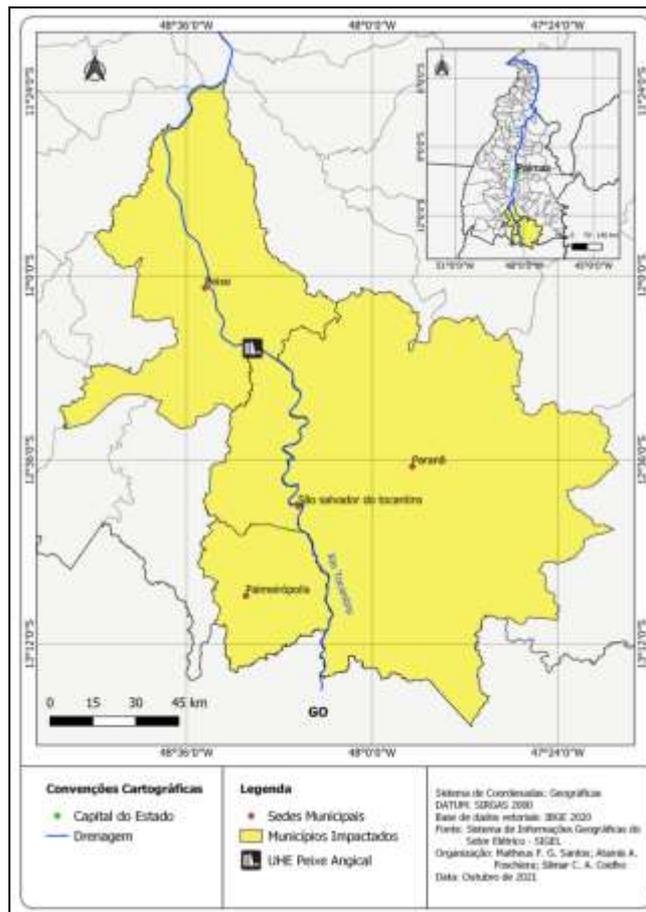
A barragem da Usina Hidrelétrica de Peixe/Angical localiza-se no município de Peixe, construída no rio Tocantins, e seu reservatório abrange áreas dos municípios de Peixe, São Salvador do Tocantins, Palmeirópolis e Paranã (Figura 4).

**Figura 3:** Barragem da UHE Peixe/Angical



Fonte: divulgação EDP (ENERGIA HOJE, online).

**Figura 4:** Localização da UHE Peixe/Angical



Fonte: Rima da Usina Hidrelétrica Peixe/Angical.

---

Quem faz a administração da Usina é o consórcio denominada de Enerpeixe S.A.

A Enerpeixe S.A. é uma concessionária de serviços públicos de energia elétrica, de acordo com o disposto no Decreto Presidencial de 15 de outubro de 2001 e Contrato de Concessão nº 130/2001 – ANEEL – UHE Peixe Angical, firmado com a União (Poder Concedente), visando a exploração do potencial hidráulico no Rio Tocantins, com potência instalada de 498,75MW, caracterizado como de interesse e utilidade pública de relevância nacional (ENERPEIXE, 2021).

De acordo com Nascimento (2011, p. 111), “a sua construção foi iniciada em abril de 2002, porém ficou interrompida por cerca de um ano até sua retomada em outubro de 2003 e inaugurada em 27 de novembro de 2007”. Seu reservatório ocupou uma área de 294 km<sup>2</sup>, com seis turbinas, com altura de 23,10 metros e podendo gerar até 498,75 MW de potência (RIMA 2000).

O EIA/RIMA desse empreendimento também foi elaborado pela THEMAG Engenharia e Gerenciamento S.A. A empresa foi a mesma que elaborou a EIA/RIMA da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães. Os estudos ambientais foram aprovados pelo IBAMA.

Em relação a sua composição acionária, a “Enerpeixe S.A. é constituída pelos acionistas EDP (Energias do Portugal S.A.), de capital particular, com 60% das ações, e Eletrobrás Furnas, de capital estatal, com 40% das ações” (ENERPEIXE, 2021). O quadro 2, demonstra o tipo de empresa, o ramo de atividade e o capital que a constitui.

**Quadro 2:** Tipos de empresas que participaram da formação do grupo que administra a Usina de Peixe/Angical

Empresa	Ramo de Atividade	País de Origem	Tipo de empresa
Energias do Portugal S.A. (EDP)	Produção de eletricidade, distribuição de gás	Portugal	Privada
ELETROBRÁS FURNAS	Geração e transmissão de energia em alta e extra alta tensão	Brasil	Pública

---

A maior parte do capital que constitui a empresa é fruto dos investimentos privados. O Estado ficou com uma parcela menor, e isso é fruto das reformas que aconteceram no setor energético que possibilitou interação entre o governo e a iniciativa privada, por meio das Parcerias Público Privadas (PPPs). Lembramos que a Parceria Público Privada começou com as concessões que aconteceram na década de 1990, precisamente com a criação da Lei n. 9.074, de 7 de julho de 1995, e, em 2004, é criada a Lei n. 11.079, que fixava a normas gerais de licitação das PPPs.

### **Usina São Salvador**

A Usina Hidrelétrica São Salvador (Figura 5) faz parte dos grandes empreendimentos construídos para a geração de energia no estado do Tocantins, assim como as outras usinas hidrelétricas citadas anteriormente.

A Usina Hidrelétrica São Salvador está localizada na região sul do estado do Tocantins e seu reservatório abrange os municípios tocantinenses de São Salvador, Parã e Palmeirópolis, bem com Minaçú e Cavalcante, em Goiás (Figura 6).

Importante mencionar que a obra que iniciou em 2006 teve a conclusão com a formação do reservatório no ano de 2009. Seu reservatório ocupou uma área de 105,24 km<sup>2</sup>, contendo duas turbinas, e uma altura de 37 metros, podendo gerar até 241 MW de potência (Rima 2004).

Magrin (2016, p. 87) destaca que “foi a primeira hidrelétrica dentro do Programa de Aceleração e Crescimento (PAC) a sair do papel e ser entregue em fevereiro de 2009”. O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) foi uma política de crescimento econômico, adotada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, que previa o investimento em infraestrutura (RODRIGUES; SAVADOR, 2011). Tem-se o Estado como financiador das empresas privadas por meio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Nessa perspectiva é que o estudo de implantação da Usina Hidrelétrica de São Salvador é iniciado.

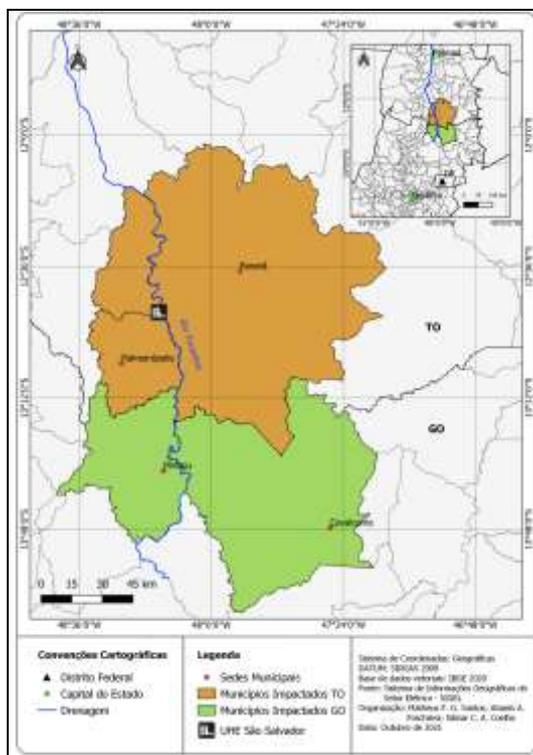
**Figura 5:** Barragem da UHE São Salvador



Fonte: ECSA (online).

Em relação ao estudo ambiental para a construção da EIA/RIMA, mais uma vez, ficou a cargo da THEMAG Engenharia S.A. A empresa já havia feito os estudos ambientais das Usinas Hidrelétricas Luís Eduardo Magalhães e de Peixe/Angical. A aprovação dos estudos ambientais ficou sob responsabilidade do IBAMA.

**Figura 6:** Localização da UHE São Salvador



Fonte: Rima da Usina Hidrelétrica São Salvador.

---

As empresas integrantes do consórcio ligado à UHE de São Salvador são apresentadas no quadro 3.

**Quadro 3:** Tipos de empresas que participaram da formação do grupo que administra a Usina São Salvador

Empresa	Ramo de Atividade	País de Origem	Tipo de empresa
GDF Suez	Geração e distribuição de eletricidade, gás natural e energia renovável	França	Privada
TRACTEBEL (atual Engie Brasil Energia)	Geração, comercialização e transmissão de energia	Bélgica	Privada

Em relação à empresa que administra esse empreendimento no estado do Tocantins, Santos (2010, p. 10) descreve que

A GDF SUEZ é uma empresa sediada na França que atua no ramo de geração e distribuição de energia elétrica e gás natural. Foi formada em 2008, a partir da fusão da Gaz de France – produtora e distribuidora francesa de gás natural – e da Suez – empresa também francesa que atuava na distribuição de água, energia elétrica e gás natural. No Brasil, a GDF SUEZ é controladora da Tractebel [...].

Em relação à Tratebel, no ano de 2016, aconteceu uma alteração no nome da empresa, passando a ser chamada de Engie Brasil Energia. Ambas empresas formadoras do consórcio são estrangeiras e de capital privado.

### **Usina Hidrelétrica de Estreito**

A Usina Hidrelétrica de Estreito (Figura 7) é outro empreendimento construído após os anos 2002, que impacta o estado do Tocantins.

---

**Figura 7:** Barragem da UHE de Estreito



Fonte: CEST (online) adaptado pelo autor.

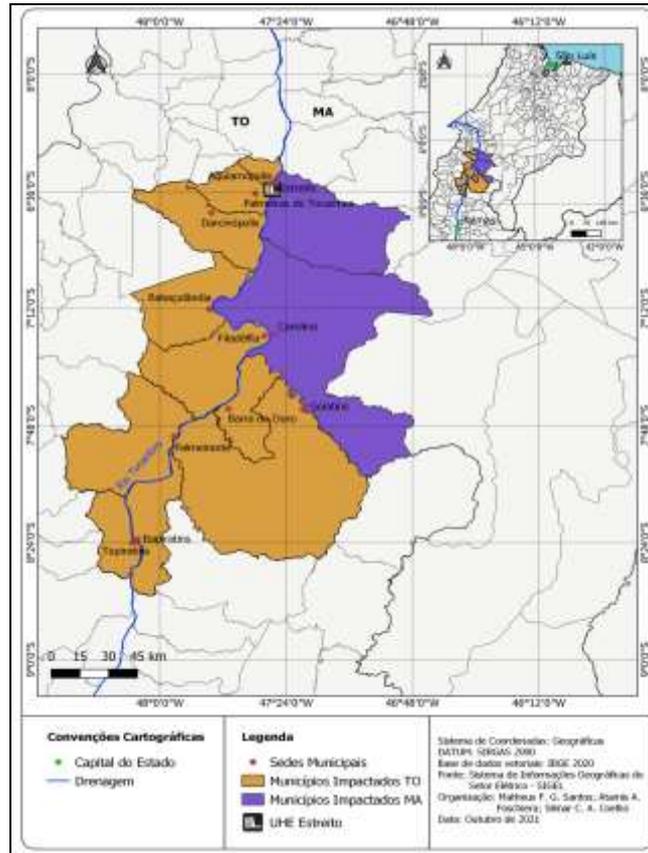
A Usina Hidrelétrica de Estreito está localizada no rio Tocantins, mais precisamente, na região norte do estado do Tocantins e sul do estado do Maranhão, na divisa dos mesmos, entre os municípios de Aguiarnópolis (TO) e Estreito (MA). Seu reservatório de água abrange também áreas dos municípios de Babaçulândia, Palmeira do Tocantins, Filadélfia, Barra do Ouro, Palmeirante, Itapiratins, Goiatins e Tupiratins no Tocantins, bem como Carolina no Maranhão (Figura 8).

A construção se iniciou em 2006 e teve a conclusão, com a formação do reservatório no ano de 2009. Seu reservatório ocupou uma área de 590 km<sup>2</sup>, contendo nove turbinas, e uma altura de 37 metros, podendo gerar até 1.109,7 MW de potência (Rima 2004).

O estudo ambiental, que é a organização da EIA/Rima, ficou a cargo da Engevix S.A. Dos grandes empreendimentos hidrelétricos no estado do Tocantins aqui analisados, esse foi o único que não teve o EIA/RIMA elaborado pela THEMAG Engenharia S.A. A aprovação desse estudo ficou a cargo do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

A Usina Hidrelétrica de Estreito foi construída com recursos da iniciativa privada utilizando-se, também, de recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no processo de financiamento de construção.

Figura 8: Localização da UHE de Estreito



Fonte: Rima da Usina Hidrelétrica de Estreito.

Segundo Sieben (2021) a concessão foi adquirida pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE), formado pela GDF Suez (energia), a Vale (mineradora), a Alcoa (alumínio) e a Camargo Corrêa Energia (engenharia, construção e energia). Podemos observar que empresas de distintos ramos de atividades econômicas investiram em geração de energia na UHE de Estreito (Quadro 4).

**Quadro 4:** Tipos de empresas que participaram da formação do grupo que administra a Usina Hidrelétrica de Estreito

Empresa	Ramo de Atividade	País de Origem	Tipo de empresa
GDF Suez	Geração e distribuição de eletricidade, gás natural e	França	Privada

	energia renovável		
Vale	Mineração	Brasil	Privada
Alcoa	Opera minas de bauxita e refinarias de alumina, oferece soluções inovadoras a diversos mercados	Estados Unidos	Privada
Camargo Corrêa Energia	Engenharia, construção, cimento, concessões de transporte e mobilidade urbana, indústria naval etc.	Brasil	Privada

Metade das empresas que formaram o consórcio são de origem estrangeira, Estados Unidos e França, todas de capital privado. Isso demonstra, mais uma vez, que capitais estrangeiros passaram a ter uma forte ligação com o desenvolvimento do setor de hidrelétricas.

### Empreendimentos e tipos de empresas

Vejamos agora uma análise de todos os empreendimentos hidrelétricos aqui apresentados, tipos de empresas envolvidas e sua nacionalidade. Em relação aos tipos de empreendimentos, a única que possuiu participação estatal é a Usina Hidrelétrica de Peixe, onde Furnas teve participação, os demais consórcios foram organizados entre empresas privadas (Quadro 5).

**Quadro 5:** Empreendimentos, tipos e origem de empresas investidoras

Empreendimento	Tipos de empresas		Origem das Empresas	
	Privadas		Estrangeiro	Nacional
Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães	Privadas		Estrangeiro	Nacional
Usina Hidrelétrica de Peixe	Privada	Pública	Estrangeiro	Nacional
Usina Hidrelétrica de São	Privadas		Estrangeiro	

Salvador				
Usina Hidrelétrica de Estreito	Privadas		Estrangeiro	Nacional

Percebe-se grande número de empresas privadas, com origem nacional e estrangeira, nos consórcios de construção de hidrelétricas no Tocantins. Isso só aconteceu devido à abertura comercial proporcionada pelo processo de reestruturação do setor hidrelétrico brasileiro.

Em relação às empresas e os países onde possuem atuações, temos as seguintes situações, demonstradas pelo Quadro 6.

**Quadro 6:** Empreendimento, empresas que administram e países onde atuam

<b>Empreendimento</b>	<b>Empresas</b>	<b>Países onde atuam</b>
Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães	Companhia Energética de Brasília (CEB)	Brasil
	Companhia Paulista de Energia Elétrica (CPEE)	Brasil
	CELTINS (GRUPO REDE)	Brasil
	Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. (EEVP)	Brasil
	Energias do Portugal S.A. (EDP)	Portugal, Espanha, França, Estados Unidos, Reino Unido, Itália, Bélgica, Polónia, Roménia, Brasil, Canadá, México, Angola, China etc., totalizando 21 países.
Usina Hidrelétrica de Peixe/Angical	Energias do Portugal S.A. (EDP)	Portugal, Espanha, França, Estados Unidos, Reino Unido, Itália, Bélgica, Polónia, Roménia, Brasil, Canadá, México, Angola, China etc., totalizando

<b>Empreendimento</b>	<b>Empresas</b>	<b>Países onde atuam</b>
		21 países.
	ELETROBRÁS FURNAS	Brasil
Usina Hidrelétrica de São Salvador	GDF Suez	França, Brasil e em diversos outros países na América Latina, América do Norte, Médio Oriente, Ásia, África.
	TRACTEBEL (atual Engie Brasil Energia)	Argentina, Bélgica, Brasil, Egito, França, Índia, Itália, Polônia, República Tcheca, Romênia, Síria, Ucrânia etc.
Usina Hidrelétrica de Estreito	Vale	Austrália, Brasil, China, Indonésia, Japão, Moçambique, Omã, totalizando mais de 30 países.
	Alcoa	Brasil, Jamaica, Suriname e em mais de 31 países, na América Latina e no Caribe.
	Camargo Corrêa Energia	Brasil, também possui obras na América do Sul, Argentina, Peru, Colômbia e Venezuela.

Percebe-se que parte considerável das empresas que investiram nos grandes empreendimentos hidrelétricos no estado do Tocantins são multinacionais, que estendem seus negócios por diversos países. Isso é fruto da abertura econômica provocada pelo neoliberalismo. Algumas das empresas, tais como Energias do Portugal S.A. (EDP), GDF Suez, TRACTEBEL (atual Engie Brasil Energia), Vale, Alcoa e Camargo Corrêa Energia atuam em diferentes continentes, são empresas consideradas transnacionais.

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração a influência neoliberal na matriz hidrelétrica brasileira, em especial o caso do estado de Tocantins, percebe-se que o domínio dos grandes empreendimentos se encontram, em sua maioria, nas mãos da iniciativa privada. Também, que a estatal CELTINS foi privatizada logo após sua criação.

A primeira usina hidrelétrica, instalada em território tocantinense, foi a Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, e a regra era que a iniciativa privada financiasse todo o processo de implantação. Já as outras usinas hidrelétricas, Peixe/Angical, São Salvador e de Estreito, foram implantadas no governo do Partido dos Trabalhadores (Lula e Dilma). Nesse segundo momento o Estado poderia participar da construção de usinas ligadas ao setor elétrico brasileiro.

A Usina hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães foi construída com recursos privados. A Usina Hidrelétrica de Peixe/Angical teve a participação estatal, por intermédio de Furnas. Já as Usinas Hidrelétrica de São Salvador e a de Estreito tiveram recursos de financiamentos do BNDES envolvidos em sua construção. Percebe-se, nesse momento, o Estado sendo um dos financiadores das empresas privadas para promover o desenvolvimento de infraestrutura no território brasileiro.

Outro ponto importante a se observar é que os estudos ambientais, ou seja, o EIA/RIMA, de três empreendimentos (as usinas hidrelétricas Luís Eduardo Magalhães, Peixe/Angical e São Salvador), foram elaborados pela mesma empresa, a THEMAG Engenharia S.A. A exceção foi a da Usina Hidrelétrica de Estreito, em que o EIA/RIMA foi realizado pela Engevix S.A. As duas empresas responsáveis pela elaboração dos EIAs/RIMAs eram privadas, sediadas em território brasileiro. O capital dessas empresas é nacional.

O estado do Tocantins, por meio do NATURATINS – Instituto Natureza do Tocantins, foi o responsável por aprovar os estudos ambientais (EIA/RIMA) da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, enquanto o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis foi o responsável por aprovar os estudos ambientais das

---

outras três usinas hidrelétricas (Usina Hidrelétrica de Peixe/Angical, São Salvador e Estreito).

Ficou evidente que as políticas neoliberais aplicadas no setor energético deram as diretrizes para a construção dos grandes empreendimentos hidrelétricos aqui analisados.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Yolanda Vieira de. **A reestruturação do setor elétrico brasileiro**: questões e perspectivas. Dissertação (Mestrado em Energia) – Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ALVES, José. **As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO)**: degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia – Presidente Prudente, SP.2014.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: EMIR; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Atlas de energia elétrica do Brasil 3. ed.** Brasília: Aneel, 2008.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Programa Educativo Dívida Externa - PEDEX, **Caderno Dívida Externa**, n. 6, 2. ed., nov. 1994.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. Reformas Neoliberais na América Latina. **Revista do corpo discente do PPG** – História da UFRGS. Porto Alegre, v. 9, n. 21, pp. 31-56, dez. 2017.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do Estado e as políticas sociais nas últimas décadas do século XX, no Brasil. **Revista Aurora** (UNESP), ano II número 3, p. 37-46, dezembro, 2008.

CATOLICO, Ana Carolina Chaves; STRAUCH, Julia Celia Mercedes; BRITTO, Fabio Giusti Azevedo. Efeitos sociais da implementação da Usina Hidrelétrica de Lajeado estudos de casos nos reassentamentos do córrego do Prata e Pinheirópolis rural. In: **XVIII ENANPUR** (Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional). Natal – RN, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal; tradução Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ECSA. Engenharia Socioambiental. **Barragem da UHE São Salvador**. Disponível em: <http://ecsa-sc.com.br/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

---

ENERGIA HOJE. Brasil energia. Disponível em:

<https://energiahoje.editorabrasilenergia.com.br>. Acesso em: 3 ago. 2021.

ENERPEIXE. UHE Peixe Angical. **Geração de energia através do potencial hidráulico do rio Tocantins**. 2021. Disponível em: <https://www.enerpeixe.com.br/pt-br>. Acesso em: 3 ago. 2021.

FILHO, Antonio Santos. A experiência neoliberal na América Latina e o exemplo mexicano: uma década de promessas não cumpridas. **Revista Ameríndia** – Universidade Federal do Ceará (UFC), vol. 4, número 2/2007.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, SP, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Trad. Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes, 2008. (Coleção tópicos).

GARCIA, Antonio Garcia. Chiapas entre intraextractivismo y extractivismo: el caso de hidroeléctricas e hidrocarburos. In: **Extractivismo e neoextractivismo em sur de México: múltiples miradas**. México: Universidad Autónoma Chapingo, 2017.

GIL, Renan da Silva. **Empreendimentos Hidrelétricos no Estado do Tocantins: E a Qualidade dos Estudos de Licenciamento Ambiental**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, Palmas – TO, 2013.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HERTEL, Rafael. Abertura Neoliberal Comparada em Brasil e Argentina nos Governos de Cardoso e Menem. N. 4, Vol. 2. **RARI** – Revista Acadêmica de Relações Internacionais, 2002.

LIMA, Adila Maria Taveira de. **Hidrelétricas no rio Tocantins e efeitos pós-barragem: compensação, desenvolvimento e governança local**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Palmas – Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Ciências do Ambiente, Palmas, TO, 2020.

MAGRIN, Virginia de Figueiredo. **A comunicação dos impactos socioambientais no EIA e sua retransmissão para a RIMA: um estudo comparativo das Hidrelétrica de Estreito e São Salvador**. Dissertação de (Mestrado Acadêmico) – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Palmas– Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Ciências do Ambiente, Palmas – TO, 2016.

MENDES, Marcelo Cunha. **Neoliberalismo e sindicalismo de Estado no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – SP, 2012.

---

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 45, núm.2, julho-dezembro, 2002, pp.135-146. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Brasília, Brasil, 2002.

NASCIMENTO, Júnior Batista do. **Tocantins: história e geografia**. Goiânia: Bandeirante, 2011.

PASE, Hemerson Luiz; ROCHA, Humberto José da. O governo LULA e as políticas públicas do setor elétrico. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 32-59, jul.-dez. 2010.

PINHEIRO, Daniele de Carvalho. **Reestruturação do setor elétrico no Brasil e suas consequências no tratamento de questões sociais e ambientais: o caso da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, Go**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2006.

RIBEIRO, Thatiane Letícia Rodrigues. **Neoliberalismo na Argentina e sua contribuição para a crise de 2001**. Monografia (Graduação) Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional. Porto Nacional, TO, 2019.

RIMA. Relatório de Impacto Ambiental. **Usina Hidrelétrica de Estreito**. Engevix, 2001.

RIMA . Relatório de Impacto Ambiental. **Usina Hidrelétrica de Peixe/Angical**. THEMAG, 2000.

RIMA . Relatório de Impacto Ambiental. **Usina Hidrelétrica São Salvador**. THEMAG, 2004.

RIMA . Relatório de Impacto Ambiental. **Usina Hidrelétrica Lajeado**. Companhia de Energia Elétrica do Tocantins. THEMAG, 1996.

ROCHA, Judite da. **Usina hidrelétrica de estreito e desterritorialização: impactos sobre a saúde e resistência das famílias atingidas**. Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.

ROCHA, Rosaly Justiniano de Souza. **Composição da renda nos assentamentos de reforma agrária do Tocantins: uma análise dos efeitos do Programa Bolsa Família**. Dissertação (Mestrado em Geografia). – Universidade Federal do Tocantins. Porto Nacional, TO. UFT, 2017.

RODRIGUES, Taíla Albuquerque; SALVADOR, Evilasio. As implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas Políticas Sociais. The implications of the Growth Acceleration Program (PAC) on Social Policies. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 129-156, jan./jun. 2011.

ROSA, Luiz Pinguelli. Energia nos governos Lula e Dilma – Perspectivas. **Revista USP**. São Paulo: n. 104, p. 45-50. Janeiro/fevereiro/março 2015.

SANTOS, FLÁVIO GONÇALVES DA SILVA. **A construção de empreendimentos hidrelétricos no rio Tocantins: a experiência das usinas hidrelétricas (UHE) São Salvador e Luiz Eduardo Magalhães**. Artigo (Curso de Especialização) Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro-RJ, 2010.

---

SIEBEN, Airton. **Estado e política energética: a desterritorialização da Comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - MG, 2012.

SILVA, Bruno Gonçalves da. **Evolução do Setor Elétrico Brasileiro no contexto econômico nacional: uma análise histórica e econométrica de longo prazo.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Energia – EP/FEA/IEE/IF da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

VALENCIA PERAFÁN, Mireya Eugenia. **O território do desenvolvimento e o desenvolvimento dos territórios: o novo rosto do desenvolvimento no Brasil e na Colômbia.** 2007. 302 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

---

**Atamis Antonio Foschiera** - Possui graduação em Geografia, pela Universidade Federal de Santa Maria (1995), mestrado em Extensão Rural, pela Universidade Federal de Santa Maria (2000) e doutorado em Geografia, pela Universidade Estadual Paulista/UNESP Presidente Prudente (2010). Atualmente é professor assistente da Universidade Federal do Tocantins, parecerista das revistas Pegada (Presidente Prudente - eletrônica), Formação (Presidente Prudente), Interface (Porto Nacional) e Caminhos da Geografia (Uberlândia - eletrônica). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, Geografia Econômica, Geografia Regional, atuando, principalmente, nos seguintes temas: geografia, movimentos sociais, migração, produção familiar, turismo, globalização, regionalização e ensino.

**Silmar Cardoso Araújo Coelho** - Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (2008). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (2021). Atualmente é professor da educação básica - Secretaria da Educação e Cultura. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia.

---

Recebido para publicação em 31 de maio de 2023.

Aceito para publicação em 03 de agosto de 2023.

Publicado em 29 de agosto de 2023